

**PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 9 DE MAIO DE 2000**

*Senhor Secretário-Geral do Itamaraty, Senhor Ministro Aloysio Nunes  
Ferreira; Senhor Governador Joaquim Roriz; Demais governadores que  
aqui estão; Senhores Ministros; Parlamentares; Cientistas Políticos,*

Quero começar o meu breve – nunca sei se será tão breve assim – pronunciamento dizendo que saúdo muito entusiasticamente os participantes desta Conferência sobre Federalismo Cooperativo, Globalização e Democracia, por razões evidentes, a primeira das quais foi ter ouvido aqueles que me antecederam aqui e que já descreveram, nas grandes linhas, quais são os propósitos e as expectativas que se juntam em torno desta Conferência. Mais ainda: é uma conferência que significa uma parceria entre instituições no Brasil e no exterior. Apraz-me especialmente dizer que, no Brasil, esta reunião teve o apoio dos institutos políticos dos diversos partidos brasileiros. Isso é um sinal muito saudável da preocupação de todos com assuntos dessa natureza, que dizem respeito à organização do Estado.

Mas muito especialmente tenho a alegria de estar aqui por saber que estamos numa reunião em que o Fórum das Federações do Ca-

nadá e a Secretaria-Geral da Presidência colaboraram muito intensamente para a sua execução. E é, talvez, a maneira de me desculpar perante o Primeiro-Ministro Jean Chrétien, que me convidou tão insistentemente para que eu estivesse presente no Fórum que se realizou no Canadá e eu não pude. Agora, se vê que, daquele Fórum, já resultou, para nós, brasileiros, uma possibilidade concreta de cooperação com os canadenses e de cooperação com o Fórum das Federações de um modo mais amplo.

Dito isso, gostaria de iniciar meus comentários fazendo alguma referência histórica sobre a nossa experiência com a Federação. A Federação, no Brasil, não foi um projeto fundador da nossa Independência, como aconteceu nos Estados Unidos, por uma razão muito simples. A Independência do Brasil se processou de uma maneira muito peculiar, que foi a continuidade das características centralizadoras da monarquia portuguesa. Talvez haja poucos exemplos na História de um país cujo ato fundador de Independência tenha sido proclamado pelo herdeiro do Estado imperial português que, depois, voltou a ser Rei de Portugal, tendo sido Imperador do Brasil.

Com isso, evidentemente, herdamos as instituições, durante todo o século passado ou quase todo o século passado, que vieram trazidas pelo Império português, quando se deslocou para cá, e, como consequência, uma visão bastante centralizadora. Toda a organização político-administrativa do Brasil durante o Império esteve baseada em uma burocracia. Burocracia civil, constituída por presidentes de províncias, que eram designados quase como funcionários de Estado e que circulavam pelas várias províncias, indicados pelo Conselho de Ministros e pelo Primeiro-Ministro, quando houve, e referendados pelo Imperador. Em seguida, a burocracia militar e a burocracia judiciária.

Esses foram os três pilares da organização do Estado brasileiro e da Unidade Nacional, assim chamada e assim concebida durante longo tempo do século passado, até o fim da monarquia.

Depois que houve a República – portanto, de 1889 em diante –, o Império centralizado deu lugar a uma República descentralizada,

mas essa República descentralizada foi uma República cuja descentralização foi oscilante. Houve momentos de maior concentração no poder central e momentos de maior dispersão do poder. Talvez, quem tenha melhor analisado isso tenha sido Raimundo Faoro. Além disso, há muitos brasileiros que se dedicaram à análise desse processo da nossa Federação. Sempre, como aqui já foi dito pelo Ministro Aloysio, quando se fala de Federação, está-se falando, simultaneamente, de um sistema político, porque são coisas interligadas, são processos interligados.

Então, muitos brasileiros se dedicaram a estudar de que maneira o processo decisório se deu durante a República, oscilando sempre entre um momento de maior concentração de poder e um momento de maior dispersão e, muitas vezes, um momento de acomodação.

Talvez, o ponto mais alto dessa acomodação seja o Governo Campos Sales, quando houve o chamado Pacto dos Governadores, que consistia, basicamente, em aceitar um princípio, hoje estranho, do que se chamava da “chefia natural”. O chefe natural dos chefes é o Presidente da República – naquele tempo. Depois, existem os chefes naturais de cada região. Os chefes naturais de cada região, que são as oligarquias, naturalmente, exerciam o poder local, com a bênção do Presidente. Em contrapartida, entregavam ao presidente o poder nacional e todas as decisões em nível mais amplo. Isso quer dizer que foi assim durante algum tempo, mas foi variável, houve momentos de maior concentração e momentos de menor concentração.

Evidentemente, nos momentos de ditadura, e nós os tivemos, infelizmente, houve uma imensa concentração de poderes até mesmo no caso do Estado Novo brasileiro, de 1937, com o gesto simbólico da queima das bandeiras estaduais. Os mais velhos entre nós, aqui, hão de se recordar desse gesto simbólico da queima formal das bandeiras de cada estado, para demonstrar o poder centralizado na pessoa do chefe, como então se chamava, do Estado e da Nação. Era um ditador. Bom, houve, portanto, essa grande oscilação.

Na verdade, o federalismo brasileiro, tal como foi concebido na Constituição de 1891, já completou cem anos. Ele foi inspirado, basi-

camente, por Rui Barbosa. Aliás, não preciso falar mais nada sobre isso porque dentro de poucos instantes vai falar aqui o Doutor Bolívar Lamounier. Tive o prazer de ler o ensaio que ele escreveu sobre Rui Barbosa, que é brilhante, e ele vai explicar, com muito maior propriedade do que eu seria capaz, no que consistiu o federalismo visto pelos olhos de Rui Barbosa. Em contrapartida, como acabei de dizer, como que houve no processo prático da vida política brasileira uma oscilação muito grande dessa visão federativa em termos de nossos comportamentos políticos.

Agora mesmo, em épocas mais recentes, o nosso federalismo democrático consolidou mais aquela experiência original da Constituição de 91. E essa revitalização do federalismo está muito ligada ao que aconteceu, mais recentemente no Brasil, tanto ao regime autoritário, novamente implantado aqui, quanto, sobretudo, à reação a esse regime autoritário. O regime autoritário veio junto com uma concentração, como é natural, dos poderes no plano federal e esvaziamento das funções dos governos estaduais, inclusive. No caso, simbolicamente, não se queimaram bandeiras, mas as polícias, por exemplo, passaram a ser subordinadas ao poder central. Na designação dos próprios governadores, embora houvesse sempre uma eleição em nível das assembleias, dado que somos apegados a formalidades, essa eleição era uma indicação. Se fosse noutros países seria o “dedaço”: o dedo presidencial aponta quem vai ser o governador de cada um dos estados da Federação.

Então, houve uma reação a isso. Nos anos 80, essa reação começou a se sentir de uma maneira viva com os movimentos sociais, que começaram a crescer fortemente nesse período. Entre esses, algumas experiências de governos estaduais, notadamente o Governo de São Paulo, de Franco Montoro, que tinha idéias muito firmes, não só federativas mas municipalistas, e idéias de ampliação da participação direta da população nos processos de decisão. E essas idéias começaram a se generalizar. O próprio crescimento do movimento municipalista – alguns de nós aqui, como o Vice-Presidente e eu, que éramos parlamentares, senadores, na época da reivindicação da reforma tributária Passos Porto, ainda nos recordamos da força do

municipalismo, naquela ocasião. Os municípios estavam de tal maneira sufocados, sem recursos, que houve uma pressão muito grande dos prefeitos e houve modificações. Mesmo antes da reformulação constitucional que fizemos em 1988, na verdade, houve uma modificação na emenda constitucional começando a reorganizar o sistema federativo brasileiro, dando mais força, também, aos municípios. Houve, portanto, um fortalecimento das organizações da sociedade civil, de forma participativa mais ativa e sensível, portanto, mesmo antes da promulgação da nova Constituição. Era sensível uma pressão nessa direção.

Diga-se, de passagem, que, nos debates durante a Constituinte, embora isso não tenha sido talvez o tema mais candente, houve uma modificação extremamente significativa e talvez peculiar. É que a Constituição reconheceu os municípios como entes federativos. Como temos mais de 5 mil e 500 municípios, temos muitos entes federativos, constitucionalmente falando, ou seja, os municípios têm uma força constitutiva própria muito grande. Eles passaram a ser reconhecidos pela Constituição como entes federativos. Antes, eram só os estados que eram reconhecidos como entes federativos. Isso foi uma mudança radical no modo de conceber a convivência política entre as partes que compõem o Brasil e que tem tido conseqüências grandes. Boas, umas. Más, outras. Duvidosas, terceiras. Na verdade, criamos, com consciência ou sem consciência, toda uma corte de servidores e de políticos ligados aos municípios. Vereadores são de mais de 5 mil e 500 municípios, multiplicando-se por dez, se forem dez, são 55 mil vereadores, na média. Deve ter mais, talvez. Há seus assessores. Tem toda, o que aqui, no Brasil, se chamou, uma classe política. Para o bem ou para o mal, aí, depende, mas se criou uma classe política ao redor desses entes federativos. Alguns com tribunais de contas próprios. Todos com um sistema tributário específico. Todos têm impostos específicos, leis orgânicas próprias.

Creio que é alguma coisa que merece um pouco de reflexão, para que se faça uma análise, um balanço do que significa isso e para que se veja que o processo de decisão no Brasil é extremamente comple-

xo. A mentalidade brasileira continua centralizadora. Sempre se pensa que é o Presidente. Às vezes, o Vice-Presidente, quando ele divide um pouquinho. “O Presidente é que é o responsável. O Presidente tem que fazer isso, fazer aquilo.” Mas o sistema de tomada de decisões não é presidencialista, porque o sistema federativo foi modificado e os poderes centralizados antigamente foram diminuindo consideravelmente. Acho que corretamente, é bom que se frise.

Não estou aqui a me lastimar. Estou a constatar. Estou apenas dizendo que a mentalidade ainda não registrou o fato de que houve mudanças institucionais que não permitem mais o exercício do poder presidencial à moda antiga. As mentalidades atrasadas cobram do Executivo federal atitudes e ações que não correspondem constitucionalmente mais a ele. Correspondem a outras esferas de poder. Por outro lado, não houve ainda a legitimação plena dos poderes que foram atribuídos a essas outras esferas de poder. Então, é um problema da nossa Federação.

Agora, a isso me referi apenas inicialmente, para mostrar que temos problemas no Brasil peculiares, mas que não são só nossos, são de outros países também. Mas a História, em cada um dos países, vai construindo os seus entes políticos e institucionais de uma forma específica, e temos que pensar sempre na nossa especificidade, para que possamos raciocinar em termos de o que fazer aqui.

Não obstante, acho que esta Conferência tem algumas outras questões importantes a responder. Por exemplo, como vamos relacionar as tendências federalistas do mundo contemporâneo com a nova ordem global? Acho que é preciso também acrescentar ao que já foi dito aqui, de passagem, pelo Ministro Aloysio, como é que se colocam os temas da soberania nacional, da democracia e da governabilidade com uma ordem global que, digamos, é assimétrica. Isso cria uma série de desafios a serem enfrentados por esses entes federativos diante dessa ordem global.

Creio que o Presidente do Fórum Mundial de Federações utilizou a palavra-chave para poder entender aquilo que vai ser no mundo do futuro. Ele disse *network*. Em português, seriam redes. Foi recentemente

te publicada a tradução, no Brasil, de um estudo muito interessante de um sociólogo chamado Manoel Castells, sobre a sociedade da informação – não me lembro exatamente o título –, no qual ele insiste muito nesse conceito das redes. O mundo contemporâneo, ao mesmo tempo em que se diversifica, ao mesmo tempo em que se globaliza – e há uma certa contradição aparente, um paradoxo mais do que uma contradição –, ele só vai poder continuar a responder às demandas crescentes de uma cidadania cada vez mais ativa e de uma cidadania que se globaliza também – vejam-se as ONGs, as famosas ONGs, que reclamam ações cidadãs em nível transnacional –, esse mundo só vai poder tornar compatível essa diversidade com essa unidade da globalização através da formação de redes.

A todo instante – e alguns aqui são prefeitos ou foram prefeitos – vêem-se reuniões de prefeitos: reunião de prefeitos das grandes cidades do mundo, reunião de prefeitos das cidades médias, reunião dos estados. Há no mundo, hoje, a formação de mecanismos que, se não são de tomada de decisão, porque não têm o poder legítimo para isso, são de formação de opinião. Esses mecanismos ultrapassam, de longe, os limites territoriais e mesmo as travas jurídico-constitucionais e formam redes. E as pessoas, graças, agora, ao desenvolvimento tecnológico, não precisam nem estar presentes para participar dessa rede. Comunicam-se via Internet. Agora, quando houver a banda C, que se está discutindo no mundo todo, essa comunicação vai ser pelo telefone, em que se vê a outra pessoa do outro lado, em que se tem a viva-voz; daqui a pouco, um sistema de tradução. A Universidade das Nações Unidas desenvolveu um sistema de tradução simultânea que permite traduzir, se não me equivoco, até 12 línguas automaticamente. Sabe Deus como vão ser as traduções. Mas, enfim, como também não se sabe como vão ser as traduções feitas à mão, vamos apostar nesse desenvolvimento tecnológico e vamos dizer que mesmo aqueles que não são capazes de entender ou de falar outras línguas vão se comunicar de maneira direta.

Então, esse é um novo mundo. E não podemos pensar os processos políticos, sociais e institucionais sem tomar em consideração esses

desafios que estão aí. Também, não há que tomá-los simplesmente como se eles significassem o fim do mundo. Não. Embora haja problemas, e essa compatibilização difícil dessa ordem global assimétrica com esse pluralismo que existe, há também mecanismos que permitem visualizar para os próximos 50 anos outras fórmulas de discussão de tomada de decisões e de participação que estão ao alcance de nossa mão e que vão permitir, ou podem permitir, que se mantenham os valores fundamentais do mundo contemporâneo, no centro dos quais estão a democracia, a participação e a possibilidade de que, efetivamente, cada cidadão tenha mais informação e, tendo informação, possa participar com clareza dos processos deliberativos.

É importante que possamos trazer para o Brasil, para os nossos debates internos, essas questões. Precisamos sempre juntá-las com a questão da governabilidade e com a questão da democracia. São aspectos que temos que considerar fortemente. Acredito que, nesse sentido, é um pouco superficial imaginar que podemos simplesmente descartar o Estado-Nação como um ator nesse processo. Os mais afoitos já imaginam – e já houve quem falasse que tem fim a História – como botar fim no Estado-Nação, ponto final, morreu. Só que não é assim. Os processos são mais complexos, e, possivelmente, uma questão importante para que seja discutida, inclusive, na nossa Conferência aqui, é essa nova intermediação que é essencial numa sociedade de informação que está irreversivelmente ligada, mas que precisa de um certo tipo de fortalecimento do Estado-Nação. Quero deixar bem claro, para que não interpretem mal o que estou dizendo. Não se trata de aumentar a centralização do Estado. Não se trata de uma tendência anti-Federação ou antimunicipalismo. Trata-se de uma definição do papel apropriado para cada um desses entes numa nova ordem que está em mudança e uma mudança já percebida nos seus primeiros efeitos. O Estado tem que se preparar para ser um Estado-Nação, para ter um papel de intermediação nesse processo todo.

Além do mais é preciso que nos preparemos para aumentar, não sei, exatamente, em português, como dizer, mas acho que é gover-

nança, no plano internacional. Na verdade, hoje temos que nos confrontar com um outro problema: é que nós temos uma equipe mundial que se integrou, ou se está integrando, desintegra uns pedaços e integra outros, mas não existe um governo mundial. Então, vejam que temática fascinante no fundo: uma mudança imensa com a formação de novos entes institucionais para tomar decisões, esses desafios de uma globalização, o fato de haver as interconexões possíveis pelos sistemas tecnológicos, o fato de ser possível imaginar novas funções para o Estado-Nação, uma ordem econômica que se globaliza, cuja globalização não depende da vontade de A, de B ou de C, mas depende das próprias condições de produção que mudaram e que levam a uma globalização da economia.

A inexistência de mecanismos legitimados de governança no plano mundial e esse descompasso que requer, portanto, imaginação criativa para que possamos fazer face a tudo isso. Daí a necessidade de se insistir em certos temas, e não sou o único a falar nisso, não. O Presidente Clinton, creio que falou com muita força nessa matéria, de uma nova arquitetura financeira internacional, que dê maior previsibilidade, maior estabilidade aos fluxos de capital. Certamente, o irracionalismo do mercado tira do Estado uma série de recursos em condições que são necessárias para a definição de políticas mais estáveis e mais duradouras. Mas não podemos nos conformar com isso. Tira do Estado e fica onde? É preciso criar instituições que redefinem e que tenham a capacidade de, num nível mais amplo, num nível global também, dar uma orientação. Logo, quero deixar claro que é ilusório pensar essa questão do fim do Estado-Nação.

O velho Estado está enfraquecido, e é bom que esteja enfraquecido porque é velho. Ele se tornou obsoleto para fazer frente aos desafios contemporâneos, mas o novo Estado tem que nascer. E esse novo Estado implica não apenas um Estado mais competente para, num plano político, haver-se com os desafios da regionalização interna da Federação, etc., mas também mais competente para haver-se com as condições modernas da produção e com os mecanismos que permitam a existência de formas de governo que assegurem o bem comum,

em resposta às demandas da sociedade, e que não impeça, porque não pode impedir mesmo, mesmo que queira, o desenvolvimento econômico que está baseado em outras regras. Então, temos que criar, efetivamente, um novo Estado, que é o que estamos tentando fazer no Brasil, às vezes com incompreensão. Os mais obsessivos com o passado falam o tempo todo no fim do Estado, no neoliberalismo. É o contrário. Estamos reconstruindo o Estado para que ele possa continuar a existir com a função que ele tem de responsabilidade pela soberania nacional, pela defesa do interesse popular nas novas condições do mundo e da produção. É preciso criar um outro Estado. As pessoas, muitas vezes, estão agarradas aos conceitos do velho Estado e tudo que é novo acham que é perturbação, que estão realmente acabando com o Estado, e não percebem que há uma criação de um novo Estado.

Isso não é só aqui. Está ocorrendo em várias partes do mundo. Mesmos os Estados mais consolidados, e que são dos países mais avançados, estão sob ataque e sob transformação. Sob transformação interna para que possam ter novas funções internas e também novas funções externas.

Estamos em um mundo em que vamos assistir à convivência de muitos atores: o Estado-Nação, as províncias, os municípios, as organizações não-governamentais, as confederações, esses processos de microrregiões, as bacias. Ao contrário de um mundo concentrado e polarizado, é um mundo de muita dispersão. Mas – repito a tese – essa dispersão não pode perder de vista a necessidade de mecanismos que permitam a existência, a continuidade da democracia, do bem-estar da população, de defesa do interesse nacional e, portanto, a tentativa de reorganização da ordem financeira internacional, com uma presença mais competente de cada Estado. E não só do Estado nacional. Às vezes, as próprias províncias vão querer ter participação nesses mecanismos de discussão. E assim por diante.

Só para dar um exemplo, o mundo todo ainda está pensando no G-7. Pois bem, o G-7 virou G-8 e, mais recentemente, virou G-20 e nem se tomou consciência disso. Quer dizer, as grandes discussões de

reorganização da ordem financeira internacional já se estão dando em um fórum chamado G-20, que foi criado há dois anos, com o nosso apoio, por iniciativa do Presidente Clinton. Índia, Brasil, México, enfim, os vários países em desenvolvimento fazem parte desse fórum, porque o nível exclusivamente fechado do G-7 seria insuficiente para dar legitimidade às decisões que vão aí sendo tomadas e que dizem respeito a esses mecanismos de reorganização das grandes instituições financeiras internacionais, com a presença, portanto, dos Estados nacionais.

Mas acho também que é preciso que tenhamos em conta que há outros mecanismos que estão se formando no mundo contemporâneo e que são muito importantes e são visíveis: a União Européia, o Mercosul, o Pacto Andino, a tentativa de organização da Alca, a Asean. Enfim, há muitas outras formas de associação de Estados nacionais, sob impulso de mecanismos regionais, que também são atores desse novo mundo.

O novo mundo, politicamente falando, tem geometria variável. Ele, às vezes, aparece como, puramente, um mundo de Estados-Nações. Às vezes, como um mundo de províncias que se unem independentemente dos Estados nacionais. Às vezes, em federações de municípios. Às vezes, organizações regionais de países. Às vezes, todos eles juntos, nas Nações Unidas. Às vezes, de alguns deles, como mencionei o G-20, que tem problemas específicos. A geometria é variável, como têm essas aviões em que a asa aumenta e diminui sua superfície, dependendo das condições de altitude e da velocidade do voo.

É difícil imaginar o funcionamento de tudo isso à luz do passado, onde há poucos atores estáticos e cada um com o papel definido – e só aquele. Agora, o mundo é mais virtual e os papéis vão variando grandemente. E isso tudo tem a ver com essa idéia central, que é a de necessidade de formas que não sejam únicas de Estado-Nação e, portanto, de federalismo, não só centralizadora.

Creio que os mecanismos decisórios que estão sendo criados aqui nos ensinam que está havendo muita discussão nova. Vejam na Europa: conceitos como subsidiariedade, decisão ao nível mais baixo possível ou de um déficit democrático. São conceitos importantes e novos.

E creio também que devíamos, nesta Conferência, começar a encarar essas discussões ou, se já as temos mais maduras, difundi-las de uma maneira mais efetiva, para que possamos entender essas questões das regiões e da centralização, descentralização, e assim por diante.

Tudo isso nos leva a mostrar que vamos precisar de um esforço muito grande de imaginação e de compreensão. A batalha da idéia federativa, hoje, posta nesses termos macro como estou colocando, é uma batalha de idéias, para que as pessoas passem a entender do que se trata, para que possamos nos organizar, depois, em termos jurídicos, em termos institucionais, para que não fiquemos amarrados por conceitos antigos e por instituições juridicamente enraizadas que impeçam – ou que dificultem, porque impedir não vão – o movimento do novo na vida e na sociedade. Esse é o nosso grande desafio.

O caso do Brasil: nós temos, nessa matéria, agido com certa coerência. Somos absolutamente favoráveis, também, à Federação no que diz respeito aos pactos regionais. O exemplo do Mercosul está aí à vista de todos. E o exemplo do Mercosul é significativo porque ele junta países – como a Europa também –, mas países muito desiguais: do ponto de vista tamanho/território, do ponto de vista do produto bruto, do ponto de vista de população, do ponto de vista de riqueza. É um exercício permanente de democracia e de recriar velhos conceitos de geopolítica fazer com que esses países tão desiguais sentem à mesa, evidentemente não escondendo as desigualdades, a diferença de poder, que existem, mas imbuídos da idéia da igualdade jurídica, que é um a idéia democrática, imbuídos da idéia de que cada um ali é um, o voto é igual, vale a mesma coisa. São exercícios de democracia.

E o Brasil participa disso. O Brasil participa não só do Mercosul com entusiasmo – estamos relançando-o, agora. O Presidente de la Rúa está muito entusiasmado com essa idéia também. Estamos relançando, mas ampliando, e o Presidente Lagos é muito favorável a essa ampliação, com Bolívia e tudo o mais. Ao mesmo tempo em que participamos do Mercosul, estamos abertos a outra forma de integração, que é com a América do Sul. Agora, aqui, em poucos meses mais, vamos reunir os presidentes de todos os países da Amé-

rica do Sul, para discutir, nessa geometria variável, um outro momento, outro aspecto da nossa diversidade, que é a de estarmos inseridos geograficamente na América do Sul. Embora sejamos parte da América Latina –, obviamente, temos muito orgulho disso e prezamos muito os países latino-americanos, centro-americanos, o México em especial –, temos problemas de natureza geográfica. Como é que se faz o transporte de energia? E a questão das ferrovias, etc.? São questões específicas. Nesse momento, a geometria variável chama-se América do Sul. Daqui a pouco, chama-se América Latina. Depois, chama-se Alca. São questões muito variáveis. E o Brasil tem feito um esforço muito grande para criar, também nesse plano internacional, essa mesma mentalidade federalista. E uma mentalidade federalista que se abre de forma muito específica às circunstâncias da variabilidade dos atores.

Eu poderia mostrar, no caso do Brasil, o esforço que temos feito em termos de repensar a questão da Federação, mas acho que vai caber a esta Conferência aprofundar essas questões. Eu me pouparia, pouparia os Senhores de falar mais longamente. Tenho muito gosto em falar, para mostrar as dificuldades que temos. Idéias muito simples, como, agora mesmo, a faculdade que os governadores têm de poder definir um nível de salário acima do piso nacional. Isso é um esforço federativo. E é claro que tem conotação política.

Quando não se assume a Federação, é mais fácil jogar tudo lá em cima: “Olhem o Presidente. Ele não quer.” Quando se assume a Federação, não é o Presidente quem não quer. São as condições objetivas de cada Estado que vão definir condições de ajuste melhor ou pior, sem que o Presidente, ou melhor, que a Federação, que a União se exima da necessidade imperiosa de ela definir qual é o piso. O piso ela dá. Agora, a responsabilidade por subir, por que não? Por que não transferir àqueles que assumem?

E o Brasil, nesse sentido, avançou bastante. O Congresso Nacional avançou bastante na definição de formas mais específicas da divisão de responsabilidades e de poderes. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um exemplo extraordinário da maturidade de um Congresso, que,

representando os Estados, vota mecanismos que inibem a gastança, obrigam a haver uma certa relação muito clara entre o recurso público e o gasto público. Não é possível, simplesmente, viver-se, como no passado, do assistencialismo do governo federal: gasta, gasta, gasta e transfere a conta, depois, para o Banco Central, para o Tesouro Nacional. E, aí, se faz manifestação, se faz marcha, vem-se ao Congresso, se pede, se reclama: “Minha região é pobre. Minha região é pobre. O Governo Federal tem que pagar.” E de onde vem esse dinheiro? Vem das próprias unidades federadas. Só que umas pagam pelas outras. Quando o governante é mau, ele gasta o que não pode e, no futuro, o governante bom vai ter que pagar. Ao pagar, em vez de ele assumir a responsabilidade, transfere para o Governo Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal acaba com isso. Aumenta, portanto, o poder da Federação. Ao contrário do que os mais apressados podem pensar, que é uma lei para diminuir poderes, não. É para dar responsabilidade, para que o poder possa ser exercido plenamente por aqueles que o detêm no nível da Federação.

Acredito, portanto, que avançamos bastante. Bastante? Não o suficiente – mas temos avançado nessa matéria. Tenho certeza de que, com este encontro que estamos começando hoje, os nossos dirigentes políticos, os nossos homens de pensamento vão ter matéria para refletir com mais profundidade, em uma perspectiva não apenas doméstica, mas em uma perspectiva mais ampla, tomando em consideração as experiências de outros países, para que possamos, progressivamente, transformar aquilo que foi o ideal de Rui Barbosa transformar: uma Federação, então, abstrata, em uma Federação mais efetiva, constituída não apenas pelos Estados, mas constituída por essa multiplicidade de outros entes federativos. E não apenas pelo setor público. O processo decisório é também cada vez mais diretamente influenciado pela sociedade civil. Portanto, que se inclua isso em um conceito de uma Federação que fortaleça o Estado nacional, o Estado-Nação, não no sentido antigo, de um Estado burocratizado, que entorpecia as forças da sociedade civil, mas em um Esta-

do capaz de representar essas mesmas forças, de defender o interesse nacional no concerto da grande Federação Mundial.

Creio que, inegavelmente, no decorrer do século, suposta a democracia – e suponho sempre a democracia –, vamos ter que marchar para mecanismos cada vez mais efetivos de governança em nível não apenas nacional, mas em nível internacional, e esse déficit de governabilidade é o desafio maior para a continuidade da democracia.

Acredito que as forças da democracia são suficientemente vigorosas para garantir que haverá, crescentemente, governança nesse sentido de uma governança que seja legítima, que respeite os interesses de cada região, de cada país e de cada cidadão.

Muitíssimo obrigado.

